



PROFUNDAR A CRISE

OLHARES MULTIDISCIPLINARES

Alexandre Sá

Ana Teresa Peixinho

Carlos Camponez

ORGANIZAÇÃO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2012

DA CRISE DA REPÚBLICA À REPÚBLICA DA CRISE

Em geral, o conceito de crise alude a um espaço de tempo diferenciado, um hiato, capaz de introduzir um instante fugaz determinante de decisão e de rutura, de mudança e de abertura a um futuro que se constitua como o advento de algo novo. É a partir desta alusão que se compreende a origem do termo crise no verbo grego *krinein*, traduzível por julgar, decidir, separar. Como escreve Reinhart Koselleck, aludindo a este estatuto de clarificação e abertura que a noção de crise ostenta: «Repousa na essência de uma crise que possa surgir uma decisão, mas que esta ainda não tenha surgido. E, do mesmo modo, faz parte da crise que permaneça em aberto qual a decisão que surge. A incerteza geral numa situação crítica é, portanto, perpassada pela única certeza de que – indeterminadamente quando, mas contudo determinadamente; incertamente como, mas contudo certamente – se nos depara um fim do estado crítico. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, uma reviravolta das relações existentes – de um modo ameaçador e temido ou desejado com grande esperança – é certa para os homens. A crise evoca a pergunta acerca do futuro histórico»⁴⁰. A crise é, portanto, um instante que se destaca no curso do tempo, um momento crítico capaz de irromper na vida humana como uma potência propiciadora de transformação da realidade e de prospeção de um futuro. E se a noção de crise aponta para um instante decisivo e aberto ao futuro, projetado como um advento efetivo, dir-se-ia que a representação de uma crise permanente não pode deixar de se constituir, antes de mais, como a alusão ao despojamento do potencial de clarificação, transformação e mudança que a própria crise encerra. É a esta

⁴⁰ Reinhart Koselleck, *Kritik und Krise*, Frankfurt, Suhrkamp, 1997, p. 105.

subtração de um futuro diferenciado do presente, aberto pelo tempo crítico de uma crise, que a perpetuação de uma crise conduz. E é este, em larga medida, o estado da vida cívica portuguesa. Um tal estado corresponde, em geral, a uma crise cujo arrastamento num futuro indefinido traz consigo um puro e simples prolongamento do presente e, nesta medida, uma amputação do futuro através da subtração de qualquer capacidade de mudança.

A subtração do futuro manifesta-se em Portugal, antes de mais, numa vida social e política particularmente despojada de capacidade de transformação. Esta hostilidade à mudança é um fenómeno facilmente perceptível, se pensarmos o quanto, em Portugal, tudo se organiza no sentido da conservação de um *status quo*: o quanto a sociedade é ocupada por um poder mediático pobre e fechado (assente sobretudo na televisão); o quanto este poder mediático é, por sua vez, ocupado pelo “poder”, representado sobretudo por partidos que mantêm com os *media* relações da maior intimidade; ou o quanto o próprio Estado é ocupado por estes mesmos partidos, os quais se instalam nele e tornam os seus interesses, estruturas e funcionários indiferenciados de interesses, estruturas e funcionários estatais. Configurando assim a sua “esfera pública”, dir-se-ia que é de um modo só aparentemente paradoxal que a crise em Portugal não convida à mudança. Longe de instaurar uma consciencialização da necessidade da mudança, a crise crónica portuguesa tem-se caracterizado por instigar a que a vida política em Portugal se constitua como uma espécie de camada protetora isolante, como uma espécie de redoma na qual se produz o efeito estranho de um país que procura ser, de certa forma, imune à vida. Portugal, como comunidade política, alicerça-se nesta imunidade, isto é, nesta circunscrição de um mundo próprio que se subtrai à “comunidade” propriamente dita, vedando-se ao confronto, ao risco e à partilha. O filósofo napolitano Roberto Esposito propôs-se pensar toda a política moderna a partir de um movimento paradoxal no qual aquilo que é “comum” na política – em latim: o *munus* – se subtrai na própria vida em comum, deixando àquilo que é partilhado, à *co-munitas* da comunidade, apenas a *i-munitas* que a nega⁴¹. A política moderna seria, assim, constituída pelas características de uma comunidade marcada pela própria subtração da comunidade, através do aparecimento de indivíduos que partilham apenas a

⁴¹ Cf. Roberto Esposito, *Communitas: origine e destino della comunità*, Turim, Einaudi, 2006.

sua ausência de partilha, o seu isolamento e a sua proteção. Partindo destas considerações, dir-se-ia que Portugal se tornou numa espécie de “república da crise”, enredando-se numa crise cujo prolongamento indefinido converte o futuro em algo essencialmente indiferenciado do presente, ao reproduzir exemplarmente esta relação entre comunidade e imunidade, ou seja, criando o simulacro de uma comunidade estável a partir justamente da sua imunização face ao potencial transformador da crise. É no sentido desta imunização que a vida política portuguesa se desenvolve como uma espécie de mundo de fantasia: um mundo que abdica de qualquer interferência no “mundo real” e um mundo que procura ser imune a qualquer interferência do “mundo real” nele próprio.

Num tal mundo político de fantasia, cujos contornos quotidianos são moldados e recriados mediaticamente dia a dia, os decisores políticos cumprem o papel não de pensadores ou de executores de qualquer projeto, mas de simples administradores de um “estado de coisas” imutável e inerte. Eles tornam-se, assim, uma elite cujo mérito se não vislumbra, mas que forma uma rede de cumplicidades e favores de que muitos retiram toda a sua vida social, profissional e económica. A facilidade com que em Portugal se evocam e apresentam planos abandonados no momento seguinte, trocados por outros igualmente fugazes, ou a completa impunidade com que são tomadas decisões sem qualquer continuidade, consistência ou fundamentação, a generalização daquilo a que os portugueses chamam ironicamente a “navegação à vista”, são apenas fenómenos que tornam manifesto um mundo político cujos protagonistas se comportam como se nenhum comportamento fizesse diferença, isto é, como se habitassem uma entidade intemporal e imune à realidade do próprio mundo. Articulada com tais protagonistas políticos, dir-se-ia que a vida cívica em Portugal se caracteriza por nada parecer nela consistente, por todos os acontecimentos nela se desvanecerem, tornando-se como que liquefeitos e incapazes de ganhar raízes. Foi a partir desta alienação da realidade que José Gil, com alguma razão, pôde chamar a Portugal o “país da não-inscrição”⁴²: um país em que nada realmente acontece, ou em que tudo o que acontece é reduzido a uma superficialidade incapaz de deixar marca; um país, enfim, em que todo o espaço mediático saltita de curiosidade

⁴² Cf. José Gil, *Portugal hoje: o medo de existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2004, pp. 15 ss.

em curiosidade, reproduzindo o previsível, e em cuja vida pública nada parece perdurar, arrebatado ou marcar a vida, deixando rasto ou memória.

Especificamente, a vida política portuguesa não pode deixar de aparecer, neste contexto, como o mais patente exemplo desta “não-inscrição”, da exclusão de tudo quanto seja novo e da incapacidade de acolher tudo quanto esteja “fora” do já integrado e estabelecido. Como afirma José Gil: «Não há debate político: nem sequer na televisão que cria um espaço artificial, com regras predeterminadas que limitam a espontaneidade das intervenções, o acaso, e a participação desse «fora» que faz toda a riqueza da expressão *pública*. Nos jornais e na rádio, os debates confinam-se a trocas de opiniões e argumentos entre homens políticos, sempre de um partido, visto que no mundo da política não há lugar para independente, ou entre comentadores, pretensos «opinion makers» que dialogam constantemente entre si, em círculo fechado. Muitos dos políticos são também comentadores, fazem o discurso e o metadiscurso, o que suscita um circuito abafador e redundante: sempre as mesmas vozes e a mesma escrita nos mesmos tons, com os mesmos argumentos, com o *mesmo plano de sentido*, como se as ideias políticas se reduzissem a um empirismo sociológico de estratégias partidárias. Se a política é «chata» em Portugal, se os portugueses estão «fartos dos políticos», isso não se deve apenas à sua incompetência, mas também ao próprio universo do debate político em que nada de novo, de inovador, de diferente, de forte, de original e estimulante surge para abalar os espíritos»⁴³. Partindo do diagnóstico que assim é traçado, é importante, antes de mais, perguntar pelas origens da “não-inscrição” que marca Portugal como uma “república da crise”, como uma república em que o futuro é amputado e em que todo o espaço mediático, híper-visualizando o presente, se constitui em torno da invisibilização de tudo o que se subtraia à sua estrutura de poder. Por que razão se gerou em Portugal uma crise cujo prolongamento num futuro indefinido resulta num despojamento do potencial crítico e clarificador, transformador e genésico, que reside intrinsecamente na própria crise? Por que razão a vida política se traduz, em Portugal, numa anti-política, numa crónica imunização contra qualquer tipo de transformação e mudança? A resposta a estas questões exige que, antes de mais, clarifiquemos o conceito de política de que partimos.

⁴³ Ibid., p. 24.

A política entre “agonismo” e “mundo público”

O conceito de política de que partimos encontra na sua base a conjugação daquilo a que poderíamos chamar duas dimensões fundamentais do fenómeno político. A primeira dimensão a que nos referimos, e que irrompe nas mais variadas reflexões sobre a política, estendendo-se desde os diálogos platónicos em torno da *pólis* até à abordagem por Carl Schmitt do “conceito do político”, entende a política como um tipo de relação na qual a possibilidade do conflito e da discórdia – numa palavra: o “agonismo” – é algo intrínseco, essencial e irreduzível. Nesta dimensão, o que importa assinalar é a impossibilidade de reduzir o mundo político a um mundo harmónico, unitário e ordenado. Como escreve Schmitt: «O mundo político é um *pluriversum*, não um *universum*»⁴⁴. A partir desta dimensão, poder-se-ia dizer que a política consiste num fenómeno relacional em que não é possível não apenas eliminar a possibilidade da discórdia, mas até erradicar definitivamente a própria possibilidade de dissensões, conflitos e violências. Por outras palavras, a partir do agonismo como dimensão irreduzível do político, a política deixa de poder compreender-se como um âmbito da vida humana redutível ao plano da discussão racional, do diálogo persuasivo ou da competição entre elites participantes dos mesmos pressupostos simbólicos. É neste sentido que Chantal Mouffe, no seguimento das reflexões schmittianas em torno do conceito do político, pode definir o fenómeno político a partir da uma relação conflitual ou “agonística” na qual os participantes disputam não quem tem ou não tem razão num diálogo, mas quem tem poder suficiente para circunscrever hegemonicamente as relações de poder e o modo de vida presentes numa sociedade. Como escreve Chantal Mouffe: «Para os liberais, um adversário é simplesmente um competidor. O campo da política é para eles um terreno neutro no qual diferentes grupos competem para ocupar as posições de poder; o seu objetivo é meramente desalojar os outros para ocupar o seu lugar. Eles não põem em questão a hegemonia dominante e não há uma tentativa de transformar profundamente as relações de poder. É uma mera competição entre elites. Aquilo que está em jogo na luta agonística, pelo contrário, é a própria configuração das relações de poder em torno das quais a sociedade está

⁴⁴ Carl Schmitt, *Der Begriff des Politischen*, Berlin, Duncker & Humblot, 1996, p. 54.

estruturada: é uma luta entre projetos hegemónicos opostos que nunca podem ser reconciliados racionalmente⁴⁵.

A segunda dimensão do fenómeno político a que nos referimos é, por outro lado, complementar da primeira. Ela consiste na ligação da política a uma vida social partilhada e, nessa medida, à constituição de um mundo comum, o qual não pode deixar de ser, ao mesmo tempo que essencialmente plural, marcado por uma unidade e estabilidade fundamentais, isto é, marcado por uma permanência e por uma tradição subjacentes a essa mesma pluralidade. Foi sobretudo Hannah Arendt quem, no século xx, a partir de uma tentativa de retomar o sentido clássico da política, a encontrou sediada num mundo estável e tradicional que perdurasse ao longo de gerações. Esta segunda dimensão da política não pode deixar de ser acentuada, na medida em que é também ela que se torna mais frequentemente esquecida. Ela chama a atenção para o facto de que a política, longe de consistir apenas em conflitos de poder ou em disputas em torno de uma hegemonia, encontra a sua base na partilha de um mundo público duradouro por homens que se relacionam através dele. Dir-se-ia então que, se o agonismo constitui o modo como a política se fenomenaliza, sendo, nessa medida, uma condição de possibilidade do próprio fenómeno político enquanto tal, a estabilidade e a durabilidade do mundo público constituem a sede em que o agonismo político não pode deixar de repousar. Tal quer dizer que a própria política nasce da convergência destas duas dimensões: o agonismo e a partilha de um mundo público. A eliminação de uma delas, e a conseqüente absolutização da outra, não pode deixar de resultar numa eliminação da política e numa conseqüente degradação da vida cívica. Dissociar a política da existência de um mundo estável que percorre gerações, perder os laços providenciados pela memória e por uma tradição partilhada, significa, por um lado, reduzi-la a um agonismo sem base que dissolve a própria política. Mas dissociar a política do agonismo não pode deixar de significar, por outro lado, esvaziar o próprio mundo político da relação fundamental que o constitui irredutivelmente como sua possibilidade real. Usando uma formulação de matiz kantiano, poder-se-ia dizer que o agonismo sem um mundo público que o sustente é politicamente cego; e que um mundo público sem agonismo, um mundo público sem o conflito como possibilidade

⁴⁵ Chantal Mouffe, *On the Political*, London & New York, Routledge, 2005, p. 21.

real, um mundo artificialmente confortável e despojado do confronto e da disputa, só o é na aparência e é, portanto, um mundo politicamente vazio.

Portugal entre “agonismo” e “mundo público”

Tentando encontrar a origem da especificidade da “república da crise” que atrás apresentámos, consideremos agora o percurso histórico português nos últimos cem anos à luz da breve reflexão sobre a política aqui introduzida. Começemos pela data significativa de 1910, no momento em que uma monarquia com mais de setecentos anos caía às mãos da revolução republicana cujo centenário há pouco se comemorou. Durante todo o século XIX, Portugal fora marcado por grande instabilidade política e social: as invasões napoleónicas, o protetorado inglês que se lhe seguiu, a independência do Brasil, a guerra civil entre os filhos de D. João VI, os levantamentos populares resultantes da vitória liberal nesta mesma guerra, a frustração das esperanças africanas pelo *ultimatum* inglês de 1891, a banca rota, as experiências de ditadura administrativa de João Franco. Com todos estes episódios, as instituições monárquicas eram em Portugal, no início do século XX, caracterizadas por uma extrema fragilidade, crescentemente fustigadas por uma propaganda republicana que, cada vez mais radicalizada, acabou por adotar o propósito de derrubar a monarquia pela violência e pela insurreição armada. É essencialmente através de uma convergência entre uma fragilização da monarquia e uma concomitante radicalização do movimento republicano que se torna possível explicar que, através de uma revolução mal planeada e mal conduzida, se tenha podido proclamar, em outubro de 1910, não apenas um novo regime político, mas algo que aparece, pela primeira vez, como uma espécie de *brave new world* que transformaria radicalmente toda a vida portuguesa. É de uma caracterização deste “admirável mundo novo” republicano que a nossa reflexão não pode deixar de partir. Duas manifestações, complementares entre si, podem permitir uma caracterização breve deste “novo mundo”. A primeira manifestação a que nos referimos emerge na ação política do movimento político republicano, quer na fase final da Monarquia quer já durante o percurso do novo regime. Esta ação política – que, em fevereiro de 1908, conhece no assassinio do Rei D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe o seu momento mais paradigmático – distingue-se pela

assunção explícita pelo Partido Republicano Português, ao contrário do que caracterizara a sua tradição inicial, do princípio político de que as instituições deveriam ser derrubadas diretamente pela subversão, pelo uso da força e pela instrumentalização da violência. Uma tal doutrina iria deixar marcas profundas na vida política portuguesa do século xx. No seu livro *O Poder e o Povo*, apresentado como tese de doutoramento na Universidade de Oxford, Vasco Pulido Valente, explicando que «a Monarquia caiu porque deu “liberdades” a mais, como se queixava João Franco, e não porque deu “liberdades” a menos, como depois virtuosamente sustentou a historiografia “democrática”», esclarece a este propósito: «A cada instante o PRP forçava a legalidade estabelecida: ou seja, não se limitava a usar os seus direitos, mas sistemática e deliberadamente os transgredia»⁴⁶. A adoção da ação subversiva, transgressora e violenta como critério de atuação política traduziu-se por isso, após a implantação da República em 1910, na crónica instabilidade do novo regime e na sua incapacidade para verdadeiramente se institucionalizar. Os governos do Partido Democrático, como se sabe, tinham de ser guardados por uma polícia política informal, a chamada “formiga branca”, responsável por um clima de denúncias, prisões políticas e caos social. A reação contra tais governos fazia-se com revoltas e atos de insubordinação – como os de Pimenta de Castro em 1915 ou de Sidónio Pais em 1917 –, do mesmo modo que a reação democrática a tais experiências políticas se fazia com atos de violência: a revolta de 14 de maio de 1915 contra Pimenta de Castro, o assassinio de Sidónio Pais em 1918, ou o rapto e assassinio de António Granjo e Machado Santos, na Noite Sangrenta de 1921. Neste clima de perturbação, o Portugal republicano dava mostras de ser um espaço político em dissolução, no qual a violência se substituíva crescentemente a qualquer tipo de ordem e coesão. Com o evoluir do regime, era esta dissolução que se manifestava como a característica última da política portuguesa, levando até os franceses da época à cunhagem do neologismo *portugaliser* como sinónimo de “anarquizar”.

As características do “novo mundo” político português, no começo do século xx, não se reduziram, porém, à prática política da anarquia e da violência. Para além desta, o novo regime conduziu também a uma profunda reconfiguração do espaço político simbólico. Se a República foi em Portugal, na sua prática política,

⁴⁶ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Aletheia, 2010, p. 79.

um fenómeno essencialmente anarquizante, traduzido numa espécie de normalização da violência, esta mesma prática encontrou na própria transformação da política portuguesa como espaço simbólico um fundamento que a dotou de uma base ainda mais funda. Assim, sob o ponto de vista simbólico, o Estado republicano português tornou-se no protagonista de uma “luta fraturante” (para usar uma terminologia hodierna) de um Portugal contra outro, convertendo-se no instrumento do combate cidadão, positivista e anti-católico contra um Portugal rural, arcaico e religioso. Como diz Pulido Valente: «O caráter democrático, nacionalista, anticlerical e igualitário da ideologia republicana exprimia fundamentalmente as frustrações e ambições da pequena burguesia de Lisboa. O PRP era o seu partido. Um partido *lisboeta*, não um partido *português*»⁴⁷. Dir-se-ia, então, que a política republicana em Portugal consistiu na redução da política a simples relações agónicas. Esta redução da política à dimensão de um agonismo absolutizado adquire visibilidade sobretudo na ocupação do espaço público português por símbolos de partido e de combate. No caso da bandeira nacional, depois de grande controvérsia, a opção final foi a da substituição das suas próprias cores – o azul e branco – pelas cores dos movimentos iberistas, marcadas pelo vermelho da revolução e pelo verde do combate positivista contra as trevas da metafísica e da religião. É esta mesma dimensão do combate em torno do simbólico que perpassa também pela mais importante reforma política da República: seguindo as pisadas da III República Francesa, a separação entre a Igreja e o Estado. Dir-se-ia que, sob a República, a laicidade do Estado e a secularização do espaço público não foi orientada por um princípio de tolerância, de liberdade religiosa e de despolitização da religião. Passou-se, neste domínio, precisamente o contrário: uma tal secularização foi dirigida pela redução da religião a uma dimensão agónica ou, o que aqui é o mesmo, por uma politização da própria questão religiosa. Assim, marcada por uma prática política crescentemente anarquizante, a República surgia também, em Portugal, como um espaço político em que a comunicação se reduzia ao combate ideológico e propagandístico. Como escreve Fernando Catroga: «Para os republicanos, o espaço público, ainda que ocupado de uma maneira delimitada e ordeira, constituía um excelente palco para a participação (comícios) e emissão de mensagens

⁴⁷ Ibid., p. 66.

políticas. Para isso, foi necessário secularizá-lo, e as restrições às procissões, à inserção de símbolos religiosos nos edifícios públicos, ao uso de hábitos talares na via pública, bem como o controlo político-administrativo da utilização dos sinos não tiveram outro objetivo. As praças e as ruas deviam ser espaços disponíveis para a simbólica e para o espectáculo político»⁴⁸.

Esta conversão da política portuguesa em puro agonismo não podia deixar de ter como resultado uma drástica degradação, em Portugal, daquilo a que se poderia chamar o “mundo público” enquanto espaço de convivialidade. Para lá das crises políticas, é no ambiente geral de agressividade que a perda de um verdadeiro mundo público se torna mais imediatamente manifesta. De entre os inúmeros exemplos que expressam eloquentemente a crescente agressividade em que o mundo público português se pulveriza, poder-se-ia citar, apenas como exemplo sintomático, o texto de uma carta que Fernando Pessoa projetara enviar ao jornal *A Capital*, em 1915, a propósito de Afonso Costa: «O chefe do partido democrático não merece a consideração devida a qualquer vulgar membro da humanidade. Ele colocou-se fora das condições em que se pode ter piedade ou compaixão pelos homens. A sua ação através da sociedade portuguesa tem sido a dum ciclone, devastando, estragando, perturbando tudo, com a diferença, a favor do ciclone, que o ciclone, ao contrário de Costa, não emporcalha e enlameia. Para o responsável máximo do estado de anarquia, de desolação, e de tristeza em que jazem as almas portuguesas, para o sinistro chefe de regimentos de assassinos e de ladrões, não pode haver a compaixão que os combatentes leais merecem, que aos homens vulgares é devida»⁴⁹. A agressividade de textos como este, que de nenhum modo é excepcional, torna bem patente o quanto, no Portugal republicano, Portugal desaparece como *res publica*, dissolvendo-se como espaço simbólico de convivência política. E é diante da pulverização do mundo público português e da sua dissolução em puro agonismo que se pode compreender a crescente obsessão, então emergente em todos os movimentos políticos e literários portugueses, por uma reflexão em torno de Portugal enquanto entidade original, assim como em torno da restauração de um

⁴⁸ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*, Alfragide, Casa das Letras, 2010, 274.

⁴⁹ Fernando Pessoa, *Páginas de Pensamento Político – 1, 1910–1919* (org. António Quadros), Lisboa, Europa-América, 1986, p. 81.

“mundo português” ou daquilo a que Teixeira de Pascoaes chamara uma “arte de ser português”.

A ditadura militar que daria lugar ao Estado Novo, com a Constituição de 1933, pode ser compreendida, neste contexto, como uma contraposição de tipo dialético à redução da política a um puro agonismo. O chefe do governo do Estado Novo, Salazar, reconhecê-lo-á sempre implicitamente, insistindo em que aos então novos governantes caberia a responsabilidade de restabelecer o espaço público português como um espaço de convivialidade e de unidade nacionais, pacificando a sociedade e libertando-a do agonismo político que a corrompia. No entanto, se a preocupação fundamental do Estado Novo tinha consistido na eliminação da identificação republicana entre política e agonismo, e na restauração de um “mundo português” que transcendesse esse mesmo agonismo, tal contraposição dialética conduziu a um excesso contrário: a criação da ficção política de um “mundo português” despojado de todo e qualquer agonismo, um mundo de heróis e de santos em torno de cuja vocação civilizadora (e colonizadora) não haveria lugar para discórdias ou dissensões. Fenómenos como a concentração da política no governo, a despolarização da sociedade, a eliminação da discórdia e da oposição, o afastamento do debate público, a censura e a institucionalização da polícia política tornaram-se então, no Estado Novo, nas principais manifestações de uma política despolarizante, na qual a restauração de um “mundo português” deu lugar a um mundo público vazio, sem vida nem política: um mundo certamente pacífico e ordeiro, mas despojado das perturbações que o confronto e o agonismo, intrinsecamente essenciais à política, não podem deixar de encerrar. Tudo no Estado Novo girou em torno da paz e da tranquilidade desvitalizada daquilo a que Salazar chamara, não sem fina ironia, a “vida habitual”. Como escrevia Salazar a propósito da Revolução de 28 de maio de 1926: «O País, longa e duramente experimentado por estéreis lutas políticas, tem gozado, como o maior dom da Revolução, esta calma que lhe permite dedicar-se mais confiadamente à sua vida. Têm-se-lhe poupado, sempre que possível, os sobressaltos, as preocupações, as amarguras, e o seu espírito não tem sido torturado com as nossas dúvidas e dificuldades»⁵⁰. É em nome desta

⁵⁰ António de Oliveira Salazar, “Balanço da obra governativa”, *Discursos e notas políticas II – 1935–1937*, Coimbra, Coimbra Editores, s.d., pp. 28-29.

pacificação social despolitizante e desvitalizante que o Estado Novo orienta não só a sua prática política, mas também a sua organização simbólica. Para além de uma prática política que eliminaria do espaço público, discreta mas violentamente, o conflito e a discórdia, emerge o cultivo de uma educação marcada por uma propaganda⁵¹ destinada à reconstrução do espaço simbólico de uma unidade nacional onde quem não fosse patriota – segundo um lema bem conhecido da época – não poderia ser considerado português.

Dir-se-ia, então, que o Estado Novo significou, enquanto contraposição dialética à Primeira República portuguesa, uma total inversão da relação entre Portugal e a política; mas uma inversão que teve, de um modo só aparentemente paradoxal, os mesmos resultados inevitáveis. Se a Primeira República consistira em Portugal numa espécie de eclipse da própria política na cegueira da violência e do agonismo, o Estado Novo consistiu nesse mesmo eclipse através do estabelecimento em Portugal, até 1974, de um mundo público vazio e desvitalizado. Por outras palavras: se a Primeira República correspondera, em Portugal, àquilo a que se poderia chamar um despojamento da política através de uma absolutização da sua dimensão agónica, o Estado Novo revelou-se como uma continuação deste mesmo despojamento, mas, desta vez, através da absolutização da estabilidade de um mundo que deveria excluir artificialmente do seu seio qualquer dissensão e dimensão conflitual. E foi esta exclusão da dimensão conflitual que acabou por ditar o destino do próprio Estado Novo, sobretudo após a conclusão da Segunda Guerra Mundial, no momento em que a preservação de um “mundo português” é tentada à custa de uma espécie de imunização face à história. Após uma penosa confrontação com a realidade, que, a partir da década de 1960, assolava o “mundo português” na África e na Índia, e quando o golpe militar de 25 de Abril de 1974 derrubou o Estado Novo, Portugal via-se perante o desafio de se confrontar com a política sem absolutizar, como sempre acontecera no século xx, qualquer uma das suas duas dimensões.

É precisamente a este desafio que até agora, na sua relação com a política, a democracia portuguesa não conseguiu adequadamente responder. Logo no ano

⁵¹ Sobre o papel da propaganda como construtora deste espaço simbólico, e da informação e formação como realidades políticas fundamentais, cf. o discurso de Salazar de 1940 em reunião da União Nacional: António de Oliveira Salazar, “Fins e necessidade da propaganda política”, *Discursos e notas políticas III – 1938–1943*, Coimbra, Coimbra Editores, s.d., pp. 193 ss.

e meio que se seguiu ao golpe militar de 25 de Abril, com os desenvolvimentos revolucionários que decorreram até novembro de 1975, com os saneamentos e as ocupações, as perseguições e a iminência de uma guerra civil, a Terceira República portuguesa teve na sua génese um breve regresso a um agonismo absolutizado. Numa situação histórica inteiramente distinta da que fora vivida na Primeira República, Portugal reencontrava a mesma relação anarquizante com a política: a mesma aniquilação do espaço público enquanto espaço convivial e a mesma transformação deste num puro e simples terreno de combate. E é em contraste com o momento da sua génese que se poderá dizer que, depois da sua pacificação, da integração europeia e da instalação de um cada vez mais monótono rotativismo partidário, a Terceira República se caracteriza hoje por uma crescente tendência para uma nova erradicação de qualquer dimensão de agonismo político; ou seja, conseqüentemente, para uma nova transformação do mundo público português num espaço oco e sem vida. É esta tendência persistente que pode explicar, em última análise, a especificidade da relação atual de Portugal com a política: importa reconhecer que, tal como durante o Estado Novo, Portugal tende hoje crescentemente a existir numa espécie de redoma despolitizada na qual a crise é despojada de qualquer efeito crítico ou transformador.

Dizer que a Terceira República se caracteriza politicamente pela eliminação do agonismo político, tal como o Estado Novo se caracterizou, não implica, como é óbvio, identificar empiricamente o modo de funcionamento dos dois regimes. Mas implica reconhecer, para lá dos contrastes estabelecidos pela historiografia e pelas memórias, que os dois regimes, no seu desenvolvimento histórico, não deixaram de produzir, apesar de tudo, o mesmo efeito despolitizante. O Estado Novo, como se disse, procurou aniquilar o agonismo político em Portugal através quer de uma prática política autoritária, assente na censura da opinião e na eliminação das oposições, quer de uma educação baseada na representação da honra e da unidade nacionais. No caso da Terceira República, este mesmo efeito de aniquilamento do agonismo político, e de transformação do espaço público num espaço vazio e sem vida, é produzido através de um outro tipo de associação: a associação entre uma educação em crescente degradação e uma prática política que converteu o Estado num aparelho burocrático, ocupado por partidos cuja função essencial tem consistido em gerir o *status quo*, reproduzir

estruturas de poder e satisfazer interesses e “clientelas”. O reconhecimento destas semelhanças estruturais entre a vida pública do Estado Novo e a da Terceira República, na sua tendência para a eliminação da dimensão agónica da política e para a perpetuação artificial de um *status quo*, não é grandemente original. Como escrevia já Eduardo Lourenço, na década de 1980, a propósito deste assunto: «Uma imprensa às ordens, uma máquina partidária bem montada bastam para estrangular no berço qualquer tentativa para alterar a sério o estatuto, no fundo confortável, com que a classe política pós-25 de Abril no seu conjunto vive *a paradisíaca* (para ela, pelo menos) vida política portuguesa. Também isto não deve surpreender: tal estatuto é o *mesmo* do Antigo Regime com um suplemento inexpugnável de boa consciência “democrática”»⁵². Se o Estado Novo gerou um espaço público artificial e cristalizado, assente na ideia de uma unidade nacional protegida e imunizada diante da vida, a Terceira República portuguesa, “aburguesada” ainda por um modo de vida que já não consegue suportar, tende hoje ainda a conceber-se como um paraíso de correção política, como um espaço imunizado artificialmente contra tudo o que é estranho ou verdadeiramente novo. É, em definitivo, face aos resultados eminentes desta atitude anestesiante que Portugal precisa de encontrar na sua crise um novo significado político: a abertura da dimensão agónica que falta à política portuguesa e, com ela, a confrontação com um futuro que surja diante dele como algo novo, aberto e verdadeiramente adveniente.

⁵² Eduardo Lourenço, *A esquerda na encruzilhada ou fora da história?*, Lisboa, Gradiva, 2009, pp. 56-57.

BIBLIOGRAFIA

- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*, Alfragide, Casa das Letras, 2010.
- ESPOSITO, Roberto, *Communitas: origine e destino della comunità*, Turim, Einaudi, 2006.
- GIL, José, *Portugal boje: o medo de existir*, Lisboa, Relógio d'Água, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart, *Kritik und Krise*, Frankfurt, Suhrkamp, 1997.
- LOURENÇO, Eduardo, *A esquerda na encruzilhada ou fora da história?*, Lisboa, Gradiva, 2009.
- MOUFFE, Chantal, *On the Political*, London & New York, Routledge, 2005.
- PESSOA, Fernando, *Páginas de Pensamento Político – 1, 1910–1919* (org. António Quadros), Lisboa, Europa-América, 1986.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Balanço da obra governativa”, *Discursos e notas políticas II – 1935–1937*, Coimbra, Coimbra Editores, s.d.
- SALAZAR, António de Oliveira, “Fins e necessidade da propaganda política”, *Discursos e notas políticas III – 1938–1943*, Coimbra, Coimbra Editores, s.d.
- SCHMITT, Carl, *Der Begriff des Politischen*, Berlin, Duncker & Humblot, 1996.
- VALENTE, Vasco Pulido, *O Poder e o Povo*, Lisboa, Aletheia, 2010.